



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

Abolicionismo em movimento: a luta antiprisional em Belo Horizonte, MG.

Autoria: Carolina Barreto Lemos (UNB - Universidade de Brasília)

Não obstante o processo de democratização política no Brasil a partir da década de 1980, os componentes civis da cidadania continuam a ser sistematicamente violados por meio de práticas institucionais que contrariam diretamente os princípios fundamentais de um Estado de Direito. No âmbito da justiça criminal, pesquisas empíricas revelam que essa realidade se reatualiza diariamente em todas as suas dimensões, desde a truculência das práticas policiais aos padrões arbitrários e discriminatórios que caracterizam a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário de modo geral. Mas é no contexto da privação da liberdade que a violação aos direitos civis de cidadãos pelo Estado revela sua faceta mais dramática, em que mesmo aqueles mais fundamentais, como o direito à vida, são frequentemente relativizados e o próprio status de humano dos/as presos/as é negado. Neste sentido, pesquisas etnográficas têm apontado para padrões sistemáticos de desconsideração e exclusão discursiva no contexto da privação de liberdade no Brasil, que constituem, para além da violação a direitos civis positivados, um ataque a dimensões fundamentais da integridade pessoal de mulheres e homens presos. Diante desse cenário, entidades da sociedade civil tem se organizado em torno da luta por direitos de pessoas em privação de liberdade e seus familiares, o que tem sido protagonizado principalmente por associações ou grupos de familiares de pessoas presas, compostos em sua maioria por mulheres negras e moradoras de periferias urbanas. Desde 2013, cerca de 50 dessas entidades, de diferentes estados do país, passaram a se articular na Agenda Nacional pelo Desencarceramento (ANPD), que se define como um programa popular de enfrentamento ao encarceramento em massa que defende, como fim último, a abolição das prisões. Neste work, gostaria de explorar as concepções de direitos e cidadania no âmbito da luta antiprisional protagonizada pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais (GAFPPPL), uma das entidades que compõem a ANPD e, mais especificamente, como as categorias desencarceramento e abolicionismo são acionadas neste contexto. As reflexões apresentadas são resultado de uma pesquisa de campo que vem



sendo realizada há 16 meses junto às mulheres do GAFPPL.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: